

# **GEO** **FRONTER**

**ISSN: 2447-9195**

## **UM OLHAR SOBRE A CHINA A PARTIR DE LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA COM BASE NO PNLD DE 2026**

A look at China from geography textbooks based on the 2026 PNLD

Una mirada a China a partir de los libros de texto de geografía basados en el PNLD de 2026

---

**Mayra Beatriz Arruda de Souza**

Universidade Federal do Ceará - UFC

**Simone de Sousa Viana**

Universidade Federal do Ceará - UFC

**Alexandra Maria de Oliveira**

Universidade Federal do Ceará - UFC

**Resumo:** Os livros didáticos norteiam a educação básica a partir de um roteiro pré determinado por editoras e o Ministério da Educação do Brasil. Na pesquisa que apresentaremos, analisaremos livros vinculados ao Plano Nacional do Livro Didático que norteará o ensino básico brasileiro no quadriênio (2026-2029). Entendendo as relações entre China e Brasil, realizamos a seleção de conteúdos sobre a China dentro do novo currículo escolar nacional. O objetivo geral é analisar o PNLD 2026 a partir de coleções que apresentam o tema China. Nesse sentido, duas coleções foram selecionadas para serem analisados os livros de Geografia: Moderna (Coleção Moderna Plus, 2024) e Ática (Coleção Do seu jeito, 2024). A metodologia se baseou em uma análise qualitativa dos conteúdos geográficos sobre a China. Os passos metodológicos foram: 1) Escolha de duas coleções de livros; 2) Seleção de conteúdos sobre a China e análise qualitativa dos conteúdos; 3) Levantamento de dados pelo Excel; 4) Estabelecimento de padrões de conteúdos (Satisfatório, Insatisfatório; Indefinido; Ausente). Ainda, realizamos uma observação sobre as diferenças entre o ensino chinês e o brasileiro. Como resultado, percebemos que nos livros didáticos brasileiros, mesmo que haja um esforço para estabelecer um ensino de Geografia sobre a China de forma integrada, ainda há um destaque maior para Europa e Estados Unidos. Muito embora, a realidade tem dinamizado parcerias China-Brasil no que tange ao cenário econômico e educacional, o que nos traz esperança de uma maior e melhor articulação entre essas nações em um futuro próximo.

**Palavras-chave:** China; Ensino de Geografia; Livro Didático; Análise de Conteúdo; Currículo.

**Abstract:** Textbooks guide basic education based on a roadmap pre-determined by publishers and the Brazilian Ministry of Education. In the research we will present, we will analyze books linked to the National Textbook Plan that will guide Brazilian basic education in the four-year period (2026-2029). Understanding the relationship between China and Brazil, we selected content on China within the new national school curriculum. The general objective is to analyze the PNLD 2026 based on collections that present the theme of China. In this sense, two collections were selected to analyze the Geography books: Moderna (Moderna Plus Collection, 2024) and Ática (Do seu jeito Collection, 2024). The methodology was based on a qualitative analysis of the geographical content on China. The methodological steps were: 1) Selection of two book collections; 2) Selection of content on China and qualitative

analysis of the content; 3) Data collection using Excel; 4) Establishment of content standards (Satisfactory, Unsatisfactory; Undefined; Absent). We also looked at the differences between Chinese and Brazilian teaching. As a result, we realized that in Brazilian textbooks, even though there is an effort to establish an integrated teaching of Geography about China, there is still a greater emphasis on Europe and the United States. However, the reality is that China-Brazil partnerships are becoming more dynamic in the economic and educational spheres, which gives us hope for greater and better coordination between these nations in the near future.

**Keywords:** China; Geography Teaching; Textbook; Content Analysis; Curriculum.

**Resumen:** Los libros de texto orientan la educación básica a partir de un plan predeterminado por las editoriales y el Ministerio de Educación de Brasil. En la investigación que presentaremos, analizaremos los libros vinculados al Plan Nacional del Libro Didáctico que guiará la educación básica brasileña en el cuatrienio (2026-2029). Entendiendo las relaciones entre China y Brasil, realizamos la selección de contenidos sobre China dentro del nuevo plan de estudios nacional. El objetivo general es analizar el PNLD 2026 a partir de colecciones que presentan el tema China. En este sentido, se seleccionaron dos colecciones para analizar los libros de Geografía: Moderna (Colección Moderna Plus, 2024) y Ática (Colección Do seu jeito, 2024). La metodología se basó en un análisis cualitativo de los contenidos geográficos sobre China. Los pasos metodológicos fueron: 1) Elección de dos colecciones de libros; 2) Selección de contenidos sobre China y análisis cualitativo de los contenidos; 3) Recopilación de datos mediante Excel; 4) Establecimiento de patrones de contenido (Satisfactorio, Insatisfactorio, Indefinido, Ausente). Además, realizamos una observación sobre las diferencias entre la enseñanza china y la brasileña. Como resultado, observamos que en los libros de texto brasileños, aunque se hace un esfuerzo por establecer una enseñanza de Geografía sobre China de forma integrada, todavía se da mayor importancia a Europa y Estados Unidos. Sin embargo, la realidad ha dinamizado las alianzas entre China y Brasil en lo que respecta al panorama económico y educativo, lo que nos da esperanzas de una mayor y mejor articulación entre estas naciones en un futuro próximo.

**Palabras clave:** China; Enseñanza de la Geografía; Libro de texto; Análisis de contenido; Plan de estudios.

## Introdução

A China, nas últimas décadas, se transformou em uma potência econômica e, para além das mudanças em seu próprio território, avança pelo mundo deixando a sua marca, tornando-se um fenômeno único. Diante desses novos arranjos globais é natural que esse país apareça nas notícias, nos *rankings*, nas conversas do cotidiano, nos diversos debates e se torne objeto de investigação científica. Também é esperado que a nação chinesa apareça nos livros didáticos de Geografia, porque compreender a China não é mais um conteúdo opcional em um tópico extra ou uma nota de rodapé, passando a ser conteúdo obrigatório, uma vez que o país asiático se consolidou como um centro de transição de poder no século XXI. Compreender a dinâmica que lhe é própria, tornou-se essencial.

No ano de 2024 Brasil e China comemoraram o cinquentenário de cooperação técnico-científica e econômica, nesse período as relações diplomáticas entre Brasil e China atingiram um marco significativo, no qual podemos destacar a assinatura do Programa de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) em 1988, pelo presidente brasileiro José Sarney e o líder comunista Deng Xiaoping. Na sequência, registrou-se a evolução de uma relação estritamente comercial para uma cooperação estratégica diversificada, consolidando o país asiático como o principal parceiro econômico do Brasil desde 2009.

Cariello (2025 p. 15) afirma que “o Brasil foi a economia emergente que mais atraiu investimentos chineses em 2024 e o terceiro país que mais absorveu capital produtivo da China no mundo”, menciona ainda que há 39 projetos em território nacional com um valor investido de US\$ 4,18 bilhões, configurando um recorde histórico.

De 2019 a 2022 o mundo vivenciou a Pandemia de COVID-19, com os primeiros casos registrados na cidade de Wuhan (China), em paralelo testemunhamos a ascensão da extrema direita e o tensionamento das relações internacionais, através de restrições e taxações. Mas, a China se manteve como o principal parceiro comercial do Brasil, especialmente no setor de exportações de *commodities* como soja e carne bovina. A partir de 2023 as relações com a China permanecem estratégicas para o Brasil e evoluíram com novos desafios e oportunidades, por exemplo, a transição para uma economia mais sustentável e a crescente presença da China em setores de alta tecnologia e energia limpa.

Segundo o Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB, 2024), esses marcos reafirmam a China como um eixo central da política externa brasileira diante da nova ordem global, porém, apesar dessa proximidade histórica e econômica, a percepção brasileira sobre a nação chinesa ainda enfrenta o desafio de superar estereótipos

e/ou visões simplificadas. Nesse contexto, o ambiente escolar, a geografia escolar e o livro didático, tornam-se espaços estratégicos para a desconstrução de visões preconceituosas e para a compreensão da complexidade que é a realidade chinesa.

A Geografia Escolar ao desempenhar funções na construção do ser social, deve ser capaz de instrumentalizar o estudante com conhecimento e autonomia, tornando-o sujeito político capaz de opinar, intervir e modificar o espaço em que vive. Nesta perspectiva o ensino de Geografia não é desinteressado, ele está apoiado em referências científicas, traz conteúdos que explicam a realidade, suas contradições, revelando visões de mundo e ideologias.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), instituído pelo Ministério da Educação (MEC) em 1985 com a finalidade de democratizar o acesso à educação, assumiu o papel de principal mediador de conhecimentos acadêmicos nas escolas públicas brasileiras. Com a implementação do PNLD 2026, o currículo escolar recuperou a estrutura curricular de disciplinas específicas no Ensino Médio, um marco após as reformas do Novo Ensino Médio que haviam descaracterizado generalizado conteúdo de disciplinas específicas, surge oportunidade de analisar como os novos livros de Geografia abordam conteúdos e inserem a China nas discussões. Para esta análise optamos por duas editoras, Moderna e Ática; e foram analisados três conteúdos específicos: urbanização, industrialização e meio ambiente.

Neste artigo, buscou-se investigar as duas coleções didáticas, aprovadas para o ensino de Geografia no período de 2026-2029, apresentam elementos que demonstram a relevância geopolítica da China e seu papel estratégico para o Brasil, haja vista que no atual contexto histórico, político e geográfico a China cresce economicamente, por meios e mecanismos próprios, há duas décadas. A nova Formação Econômica Social, para Santos (1977, p. 81-82) “diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso”, com isso, o estudante brasileiro do século XXI deve entender a formação econômica social chinesa para compreender alguns elementos da dinâmica de seu próprio país.

Com base nos conteúdos previamente definidos, foi realizada uma análise qualitativa na qual optamos por identificar padrões; após a seleção, os conteúdos foram catalogados e classificados com base em critérios pré-definidos. Além disso, foi feita uma comparação entre as bases do ensino neoliberal brasileiro, que se estrutura na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a partir de competências e habilidades, e os princípios que regem a formação na perspectiva chinesa que investe na formação integral do sujeito, para a consolidação do seu projeto de soberania nacional.

Buscamos ainda compreender se o livro didático cumpre sua função de superação de sentidos comuns e em última análise, verificamos se o ensino de Geografia no Brasil está preparado para oferecer aos estudantes ferramentas intelectuais necessárias para decifrar a China como em sua complexidade como *locus* de reconfiguração do poder mundial e na definição de novos paradigmas de desenvolvimento e soberania.

Para atingirmos o objetivo geral, realizamos um caminho metodológico no qual foi dividido o trabalho, em um primeiro momento, trouxemos a seção “A China no novo PNLD”, assim observamos como o Programa Nacional do Livro Didático mudou sua abordagem no que tange à Geografia e ao conteúdo “China”, as coleções de livros didáticos no Ensino Médio e como estudar sobre a China pode contribuir para a compreensão de fenômenos como a urbanização, industrialização e a relação do homem com o meio ambiente. Na seção seguinte, em “O ensino Marxista Chinês *versus* o ensino Neoliberal Brasileiro”, realizamos um recorte temporal tanto da política chinesa quanto da política brasileira no que concerne à educação. Na seção 4, detalhamos todos os procedimentos metodológicos para atingir os objetivos traçados e, na seção 5, trouxemos os resultados obtidos a partir de gráficos e tabelas da análise das duas coleções de livros didáticos. E, por fim, as considerações finais, onde relacionamos os resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica.

### **A China no novo PNLD**

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi instituído no Brasil no ano de 1985, com o objetivo de dar acesso gratuito à livros didáticos para os alunos de escola pública. Tornando assim, o acesso à educação democratizado, para todos os brasileiros. O PNLD passou por algumas mudanças juntamente com os currículos nacionais, que antes se baseavam na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e, mais recentemente, na Base Nacional Comum Curricular de 2017. O governo brasileiro estabelece acordos com determinadas editoras de livros didáticos e paga para que as mesmas ofereçam os livros gratuitamente para a população.

Desde o início do PNLD há recorrências no rol da parceria do MEC com as mesmas editoras de didáticos - Ática, Scipione, Saraiva, FTD, Brasil, Nacional e IBEP, salvo raras exceções, e apenas com pequenas alterações em suas posições. Nos anos de 1990, as editoras Moderna e Atual passaram a engrossar essa lista de fornecedores governamentais (Cassiano, 2007, p.12).

Nesse contexto, o PNLD faz a articulação entre governo e escolas a partir das editoras privadas, muitas vezes mantidas com verbas públicas. O PNLD de 2026-2029, traz novas

mudanças significativas no que tange a configuração de disciplinas específicas e seus conteúdos curriculares. Isso porque, o PNLD anterior foi estruturado a partir de áreas do conhecimento: ciências humanas e sociais aplicadas, linguagens e códigos e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias. No entanto, no ano de 2023, o MEC realizou uma consulta pública com a população sobre o Novo Ensino Médio e foi notado que nem os professores e nem os alunos estavam satisfeitos com o formato de estrutura curricular proposta para o ensino. Nesse sentido, o novo PNLD 2026-2029, recupera características do antigo ensino médio, no qual cada disciplina possui seu livro didático individualizado, sem tantas supressões de conteúdo.

Posto isso, a China aparece no novo PNLD do Ensino Médio, não como conteúdo individualizado, mas sim como parte de outros conteúdos como por exemplo, urbanização, industrialização e, meio ambiente, entre outros. Vale ressaltar que algumas coleções têm mais destaque para a China do que outras, como por exemplo as coleções selecionadas nesta pesquisa.

Outro destaque percebido é a igualdade no que tange aos outros países que também não têm capítulos separados para si, estando, portanto, diluídos em conteúdos clássicos da Geografia. Geralmente, a individualização dos países ocorre na etapa dos anos finais do Ensino Fundamental. No entanto, ressalta-se que os Estados Unidos e a União Europeia ganham maior destaque se compararmos à China. Essa análise parte do princípio que ainda há muito a ser revisto no que tange ao ensino de Geografia na atualidade, sabemos que temos livros didáticos com visões completamente ocidentalizadas. Segundo Braga (2025) o ensino eurocentrado traz diversos prejuízos à educação geográfica e nos impede de observar que a China hoje se consolida como a principal antagonista do processo imperialista estadunidense.

### **As Coleções de livros do Ensino Médio**

A etapa do ensino médio atende jovens a partir de 15 anos, que concluem o ensino fundamental e continuam na básica obrigatória até finalizar este ciclo que dura três anos. No ensino médio a formação geral básica é o lugar onde se encontra a disciplina de Geografia, dentro da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

De acordo com a BNCC:

Considerando as aprendizagens a ser garantidas aos jovens no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas está organizada de modo a tematizar e problematizar algumas categorias da área, fundamentais à formação dos estudantes: Tempo e Espaço; Territórios e Fronteiras; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética; e Política e Trabalho (Brasil, 2018, p. 562).

Nesse sentido, espera-se que as coleções selecionadas no PNLD 2026-2029, contribuam na formação dos estudantes e dê a eles as ferramentas mínimas para desenvolverem um raciocínio geográfico que de acordo com a BNCC é a compreensão de “aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas” (Brasil, 2018, p. 359).

A coleção da Editora Ática, intitulada “Do seu jeito - Geografia - volume único”, do autor José Eustáquio de Sene (2024) está organizada em 8 unidades e 19 capítulos, possui 416 páginas, com seções bem estruturadas, apresenta infográficos, mapas conceituais, glossário e uma seção chamada mundo digital, entre outras. De acordo com o Guia do PNLD 2026 “apresenta uma abordagem integrada aos objetos de conhecimento, assumindo uma perspectiva teórico-metodológica baseada na interdisciplinaridade” (Brasil, 2025, p. 276).

A coleção da Editora Moderna, intitulada de “Moderna Plus - Geografia - Volume Único” dos autores Lygia Terra, Maria Clara Antonelli, Regina Araujo, Raul Borges Guimarães, André dos Santos Araújo e Cesar Brumini Dellore (2024), está organizada em 6 unidades e 12 capítulos, tem 388 páginas. O livro possui seções como: imagens em contexto; explore; você pesquisador; trabalho e juventudes; educação midiática e Movimentação. Na apresentação do Guia do PNLD 2026 fica destacado que “a coleção é fundamentada em teorias pedagógicas reconhecidas, como o construtivismo e a abordagem histórico-cultural, focando no desenvolvimento do pensamento crítico e na promoção da cidadania digital responsável.” (Brasil, 2025, p. 437).

### **Urbanização, Industrialização e Meio Ambiente: o que sabemos sobre a China?**

A China apresenta aspectos impressionantes no que diz respeito ao seu crescimento econômico que ocorre de forma gradativa, crescente e coesa desde o final do século XX até os dias atuais. Esse desempenho excepcional, vem sendo reconhecido como algo inédito na história recente do País. Dentro desse processo que está em pleno curso, há aspectos a serem observados no território chinês, que seguramente aparecerão em qualquer coleção de ensino

médio de Geografia. A opção pelas temáticas: urbanização, industrialização, e meio ambiente tem relação com a presença desses assuntos na mídia brasileira e por saber que também são temas que, fazem parte da realidade das juventudes e induzem facilmente o raciocínio geográfico.

Sabemos que o desenvolvimento econômico de um País ocorre a partir da exploração de recursos naturais, da modernização dos sistemas produtivos, da expansão das cidades e das indústrias através do trabalho humano, esse movimento transforma e constrói o espaço geográfico. Conforme Santos (1977, p. 87), “as formas espaciais são linguagens dos modos de produção”, por isso é importante lançar um olhar para esses três aspectos indissociáveis (meio ambiente, industrialização e urbanização) com o objetivo de melhor compreender, a partir dessas observações, o que a civilização chinesa pode nos ensinar? Uma vez que a China conduz uma urbanização planejada, integrada ao desenvolvimento industrial e ser propositiva em relação aos seus problemas ambientais. Cabe ressaltar ainda que mesmo sendo um país muito populoso, tem enfrentado seus desafios de forma inteligente e assertiva.

### **Urbanização**

Ao analisarem o processo de urbanização chinesa no período de 1949 a 2015, Gu, Hu e Cook (2017), identificaram quatro fases de desenvolvimento bem demarcadas, suas condicionantes e conseqüências. O texto dos referidos autores traz elementos para a compreensão de como ocorreu a urbanização no território chinês, seus desafios e potencialidades.

Dos aspectos principais da urbanização descritos pelos autores citados, podemos elencar os seguintes: a cidade como um projeto estatal, controlado, organizado e planejado; a criação administrativa de cidades, com expectativa de que o crescimento urbano esteja alinhado ao crescimento econômico; o desenvolvimento de algumas cidades pensado para uma base industrial específica; a adaptação e evolução das políticas urbanas conforme mudanças ocorridas no contexto global; a gestão da população através do sistema de registro de residências (*Hukou*) que controla o acesso à moradia, saúde e educação; mecanismos eficientes de planejamento das migrações, controle estatal das políticas habitacionais e integração à economia global de modo que, atualmente, a China possui grandes centros urbanos que também são grandes centros financeiros mundiais como Pequim, Shanghai, Hong Kong e Shenzhen.

Dos desafios, Gu, Hu e Cook (2017) pontuam as fortes desigualdades regionais, como por exemplo, o crescimento da costa leste em ritmo totalmente diferente da parte oeste do país;

os migrantes rurais que ocupam as vilas urbanas (*Chengzhongcun*) e demandam políticas de inclusão social, além das infraestruturas físicas.

Pan *et al* (2018) fez um mapeamento de cidades chinesas, detalhando a integração dessa rede urbana a outros centros espalhados pelo mundo, para esses autores a urbanização chinesa não ocorre apenas com a expansão física e o aumento populacional, mas também com o desenvolvimento das cidades, que podem ser considerados nós ou pontes na sua relação com o exterior, tudo isso fortemente influenciado, organizado e conduzido por um Estado que é socialista.

### **Industrialização**

Assim como a urbanização, o processo de industrialização é um dos muitos aspectos impressionantes da organização produtiva chinesa. Cabe destaque o princípio do *Guanzi*, também conhecido como princípio do leve e do pesado, que se fundamenta na classificação dos ativos e setores produtivos, estabelecendo limites claros entre o domínio do monopólio estatal e a esfera da iniciativa privada. Há uma distinção entre o que pode ser monopólio do Estado (informação/comunicação, sistema financeiro) e o que pode ser privado (bens de consumo), conforme detalhado por Weber (2023, p. 47). Porém, essa distinção não é fixa ou engessada, ela muda conforme a necessidade.

Semelhante ao Brasil, a China passou por um processo de colonização e uma industrialização inicial que não se desenvolveu em benefício de sua população e nem de seu crescimento, além disso, com um extenso território, uma população elevada e predominantemente agrária, o país enfrentou imensas dificuldades no período conhecido como o Século da Humilhação Nacional, “um conceito utilizado por alguns estudiosos e políticos chineses para descrever a história da China desde meados do século XIX até meados do século XX” (Zhou, 2021, p. 6).

A construção e consolidação do gigantesco sistema urbano-econômico-industrial chinês na atualidade, enfrentou grandes desafios internos e externos, porém conseguiu se consolidar através de seu modelo político e econômico, que não possui paralelos na História recente. Nesse sentido, os Planos Quinquenais, que se iniciaram em 1953, tiveram papel imprescindível no planejamento e organização do território para o seu desenvolvimento industrial (Espíndola, Sampaio e Medeiros, 2025), a China consolida uma nova economia do projetamento, na qual o Estado utiliza o planejamento estratégico para induzir o desenvolvimento de tecnologias de ponta, integrando de forma sistêmica a produção industrial, a tecnologia avançada na

agricultura e a integração rural-urbana, demonstrando que a industrialização chinesa é produto de grandes programas governamentais, políticas públicas direcionadas e inovações institucionais.

### **Meio Ambiente**

O desenvolvimento urbano-industrial implica em alterações significativas no espaço geográfico, desde as primeiras revoluções industriais o planeta experimenta uma crescente exploração de seus recursos, de forma que as ações compensatórias são insuficientes para mitigar os colapsos ambientais. Caminhamos a passos largos para uma crise climática e, diante do expressivo crescimento chinês, do seu alto contingente populacional, dos desafios enfrentados para produzir, se desenvolver e se consolidar mundialmente, fica o questionamento sobre como a grande potência do oriente vem conduzindo esse processo no que diz respeito ao seu meio ambiente.

De maneira geral, sabemos que há uma preocupação com as questões ambientais, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. As grandes potências capitalistas, não foram capazes de contornar ou propor minimamente soluções criativas em larga escala, de alcance global, para reduzir os danos ambientais decorrentes da exploração de matérias primas, da alta produtividade industrial e produção de resíduos sólidos.

As Diretrizes do 14º Plano Quinquenal (2021-2025) para o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional e Visão 2035 da República Popular da China apresentam metas ambiciosas em relação à gestão e proteção ambiental. A intenção principal já fica explícita no título “XI Desenvolvimento Verde e Coexistência Harmoniosa entre a Humanidade e a Natureza” (China, 2021), todas as metas são apresentadas com definições claras do que deve acontecer na vigência do plano: aprimoramentos de proteção, construção de governanças ambientais, mecanismos de bonificação e compensação ecológica, prevenção e controle da poluição e dos riscos ambientais, maior eficiência na utilização dos recursos e um tópico para mudanças climáticas. O que se observa é um planejamento coeso, integrado e todo vinculado aos demais setores estratégicos.

O planejamento urbano contemporâneo, analisado a partir do 14º Plano Quinquenal, prioriza o desenvolvimento de alta qualidade, com ênfase em sustentabilidade e resiliência. Nesse âmbito, o conceito de cidade-esponja integra a infraestrutura urbana a sistemas de drenagem natural e reciclagem de água, mitigando inundações e otimizando o ciclo hidrológico. Essa abordagem, alia-se ao cuidado em manter limites na expansão física das cidades, no

controle do desenvolvimento desenfreado de projetos de alto consumo energético e altas emissões de carbono, além disso, impulsiona a coexistência equilibrada das zonas urbanas aos ecossistemas locais (China, 2021).

Ademais, a transição para matriz energética de baixo carbono avança através das energias limpas, especialmente solar e eólica, que impulsionam a descarbonização industrial. Em paralelo, a China realiza investimentos em energias renováveis na América Latina, na África e no Brasil, cooperando significativamente para a transição da matriz energética global. Cariello (2025, p. 10) aponta que “os projetos chineses em sustentabilidade e energia verde chegaram ao recorde de 27 empreendimentos em 2024” no Brasil. Ressalta-se também a descarbonização industrial e a expansão das infraestruturas para eletromobilidade, ou seja, não há como ignorar o que a China tem feito em relação à questão ambiental, tanto interna quanto externamente.

### **O ensino marxista chinês *versus* o ensino neoliberal brasileiro**

Ao tratarmos de sistemas de ensino, devemos ter cautela, pois cada sociedade/país vai ter sua forma de organização. Por conseguinte, isso vai depender de fatores como: a cultura, a política, a economia do país e suas ideologias - processos que norteiam a educação de determinado povo/nação. Nesse sentido, deixamos claro que tanto o ensino chinês como o ensino brasileiro nascem de perspectivas completamente diferentes, pois apresentam contextos histórico-geográficos específicos. De um lado, temos um ensino baseado na fragmentação e na técnica (brasileiro) e de outro temos um ensino baseado na cooperação que se preocupa com a formação integral do cidadão (chinês).

A estrutura básica de educação pública brasileira se distribui em: educação infantil (dos 0 aos 5 anos); anos iniciais do ensino fundamental (6 aos 10 anos); anos finais do ensino fundamental (11 a 14 anos) e ensino médio (15 aos 18). Ainda, a educação é dever do Estado (Art. 208 da Constituição Federal, 1988), direito garantido mediante Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos (atendimento no ensino fundamental com material, transporte, alimentação e saúde). No que concerne ao ensino chinês, segundo Costa:

A primeira etapa tem três anos e compõe a pré-escola (entretanto, não é obrigatória). A segunda etapa são seis anos de ensino primário (Primary School). A terceira, o ensino secundário, é dividida entre três anos para a primeira fase (Junior Secondary), que junto com o ensino primário forma os nove anos de educação compulsória no país, e a segunda fase do ensino

secundário, ou ensino médio (Senior Secondary, ou High School), composta de mais três anos (Costa, 2018, p. 22).

Ademais, a criação do Partido Comunista Chinês surgiu de dois grandes intelectuais, Chen Duxiu e Li Dazhao, assim a educação, os educadores e educandos chineses fizeram parte da construção do ensino marxista chinês. A China, à luz de sua própria autonomia, criou sua versão do marxismo, embora tenha sofrido influência do marxismo europeu, este não satisfazia à realidade oriental. No governo de Mao Tsé Tung, foi promovida educação básica à 80% da população (Nogueira, 2019). A educação chinesa se baseava na educação criada pela União Soviética, o que durou até os anos finais do Maoísmo, na década de 1960.

Os dois principais fundadores do PCCh, Chen Duxiu e Li Dazhao, foram respeitados intelectuais da Universidade de Pequim, com grande destaque na liderança do Movimento Quatro de Maio (1919), que eletrizou professores, estudantes, operários e populares em toda China durante três meses de manifestações (Mamigonian, 2008, p 175).

Próximo desse recorte temporal, em 1930, o Brasil passava pela a influência do escolanovismo, sob influência de John Dewey, que divulgou o pensamento liberal na prática escolar brasileira. O escolanovismo fazia uma crítica à educação tradicional, mas tinha em seu objetivo “ajustar” os sujeitos a realidade econômica e social.

A predominância da pedagogia nova já pode ser detectada na comissão constituída em 1947 para elaborar o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A fim de dar cumprimento ao disposto na Constituição de 1946 que atribuiu à União a tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional, o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, constituíra a referida comissão convidando para integrá-la os principais educadores da época (Saviani, 2005, p.14).

Nos anos de 1960, o Brasil passou por um golpe militar que modificou as conjunturas nacionais em todas as perspectivas e, principalmente, a educacional. “Em termos gerais, entendo que a tendência educacional atualmente dominante no Brasil, desde o final da década de 1960 é aquela que nós poderíamos chamar de concepção produtivista de educação” (Savianni, 2005, pág.19). Assim, o currículo nacional passou a ser cada vez mais capitalista, no sentido de que, estávamos vivendo um *boom* de industrialização e urbanização no país, ao mesmo tempo que a escola deveria criar o cidadão “nacionalista” brasileiro.

A partir dos anos 1990 aos anos 2000 do século XX, o Brasil experimentou o suprassumo do neoliberalismo econômico, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), iniciou essa nova fase do país. A privatização tornou-se o ponto chave durante esse

período, diversas parcerias do governo com o Banco Mundial e empresas privadas modificaram a realidade do país e, a educação pública foi se configurando em diferentes dimensões.

A dimensão talvez mais profunda e de consequências mais graves situa-se no fato de que o Governo Fernando H. Cardoso, por intermédio do Ministério da Educação, adotou o pensamento pedagógico empresarial e as diretrizes dos organismos e das agências internacionais e regionais, predominantemente a serviço desse pensamento como diretriz e concepção educacional do Estado (Frigotto; Ciavatta, 2003, p.108).

Sob essa ótica, do início dos anos 2000 até 2025, o Brasil passou por diversos governos presidenciais, como os dois primeiros governos Lula (2003-2010), o governo Dilma (2011-2016) que enfrentou um golpe de estado, o governo de Michel Temer (2016-2018), o governo Bolsonaro (2019-2022) e o atual governo Lula (2023-atualmente), mesmo assim, pouco se mudou no projeto de educação do país. O cenário brasileiro nesse período (2000-2025), foi de grandes reviravoltas, enquanto tivemos presidentes alinhados ao princípio do neoliberal (Bolsonaro e Temer), tivemos governos que tentaram restituir a soberania brasileira e reestruturar a educação do país (Lula e Dilma). As reformas educacionais trouxeram leituras sobre o social diversas, se por um lado os governos Dilma e Lula, investiram em políticas sociais e buscavam alfabetizar toda a população brasileira, por outro lado tivemos os governos de Temer e Bolsonaro que arrefeceram os investimentos em políticas sociais e trouxeram à tona a ideia do empreendedorismo para a escola com força total. Inferimos, portanto, que o sistema educacional brasileiro passou por diversas reformas que o fragmentaram, pelos diversos vieses políticos dos presidentes, mas pouco se mudou na sua concepção de mundo. Um exemplo disso é a Base Nacional Comum Curricular que ao mesmo tempo que defende a ideia de equidade social nas escolas, norteia bases para currículos escolares com base no empreendedorismo.

O PNLD de 2026-2029, foi constituído a partir da leitura de que a proposta do currículo pautada no “antigo Novo Ensino Médio” não mais satisfazia as necessidades de formação dos jovens brasileiros. No contexto desse documento, trazia a proposta dos Itinerários Formativos (disciplinas optativas) que deveriam ter peso maior no currículo que as disciplinas de formação geral básica (disciplinas específicas: geografia e história, entre outras). Isso mudou com o PNLD e a reforma do ensino médio atual, que novamente inverteu a base de cálculo fazendo com que as disciplinas da formação geral básica tenham peso maior do que as disciplinas dos itinerários formativos.

No tocante à China, a partir de 1978 até 1989, o país esteve sob liderança de Deng Xiaoping, que estruturou o ensino chinês, criando o próprio ensino chinês marxista, sem

influência da União Soviética. Ademais, a descentralização e abertura econômica da China durante seu governo, fizeram o país ser um dos mais procurados para intercâmbios.

Essa reestruturação financeira ocorreu por todos os setores, inclusive na educação, onde ocorreu a diversificação e descentralização do financiamento, onde diferentes níveis de governo (central, provincial, distrital, etc.) assumiram a responsabilidade de financiar e administrar diferentes níveis de educação, e buscar também a diversificação das fontes de financiamento educacional, como a cobrança de taxas nas instituições de ensino, campanhas sociais, entre outras (Oliveira; Silva, 2022, p. 116).

Em consonância, a China teve outros sucessores, tais como: Jiang Zemin (1989–2002), Hu Jintao (2002–2012) e Xi Jinping (desde 2012-atualmente). Destacamos, principalmente, no que concerne à educação, o governo de Xi Jinping, o qual colocou a educação chinesa em maior evidência, além de destacar o papel do socialismo no processo de ensino-aprendizagem.

O governo de Xi Jinping, estabeleceu 14 princípios para a China: garantir a liderança do partido sobre todo o trabalho; comprometer-se com um enfoque centrado na sociedade; continuar com uma reforma integral e profunda; adotar uma nova visão de desenvolvimento; ver que a sociedade é que governa o país; garantir que qualquer área de governo esteja baseada no direito; defesa dos valores socialistas; garantir e melhorar as condições de vida da sociedade por meio do desenvolvimento; garantir a harmonia entre o homem e a natureza; buscar um enfoque global para a segurança nacional; defender a absoluta autoridade do Partido Comunista sobre o Exército popular; defender o princípio de "um país, dois sistemas" e promover a reunificação nacional; promover a construção de uma sociedade de futuro compartilhado com toda a humanidade; exercer um controle total e rigoroso do partido. Ademais, seu pensamento sobre o socialismo, foi agregado ao ensino chinês (figura 1), juntamente com a disciplina de filosofia Marxista.

**Figura 1** - Matéria da BBC News sobre a inclusão de Xi Jinping no Currículo Chinês



Fonte: BBC News Brasil, 2021.

Por fim, para termos um comparativo em questões de índices educacionais, há o PISA (*Programme for International Student Assessment*), uma avaliação elaborada para estudantes de 15 anos de vários países, organizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o fito de analisar percentuais de leitura, matemática e ciências dos alunos da educação básica. Nesse quesito, a China está em 2º lugar apenas atrás de Cingapura, enquanto o Brasil está nas últimas colocações. Em novembro de 2024, segundo dados do Ministério da Educação Brasileiro, foi firmada uma parceria entre Brasil-China em relação ao ensino básico de português e o acesso à universidade, com intercâmbio de alunos e professores. A partir disso, concluímos que essa parceria será fulcral para ambos os países e o Brasil ganhará novas leituras sobre cooperação, valores socialistas e planejamento com o auxílio chinês no quesito educacional.

### **Procedimentos Metodológicos**

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa que de acordo com Minayo (2010, p. 21) “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, nesse sentido, analisamos dois livros didáticos de Geografia, que integram o Plano Nacional do Livro Didático (2026-2029).

A escolha das coleções seguiu alguns critérios: foi feita a opção por editoras consolidadas que participam do PNL D, a saber, Ática e Moderna; a escolha do PNL D 2026 se deu por conta da reformulação do ensino médio, na qual as disciplinas regulares voltaram a ter conteúdos específicos; foram selecionados dois livros do ensino médio, do componente Geografia, que contivessem conteúdos sobre a China nos seguintes temas: meio ambiente, industrialização e urbanização.

Para uma observação mais detalhada dos livros, a principal técnica utilizada foi a análise de conteúdo que consiste em:

Uma leitura “profunda”, determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico e objetiva a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores. Ademais, a técnica permite a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo (Santos, 2012. p. 387).

Concordamos Dalla Valle e Ferreira (2025, p. 15) quando afirmam que “é uma abordagem flexível e adaptável que pode ser aplicada a diferentes tipos de dados e contextos de pesquisa”. Bardin (2016), Sampaio e Lycarião (2021), também são referências utilizadas para embasar e orientar os procedimentos de análise de conteúdo que foram aplicados neste trabalho.

O primeiro passo foi a realização de buscas por palavras-chave no intuito de encontrar quaisquer referências à China nas obras, as palavras escolhidas para esse levantamento foram: China, chinês, chinesa, chineses e chinesas, conforme gráfico 1. Em seguida prosseguimos com o levantamento por temas: urbanização, industrialização e meio ambiente.

A definição e organização do material a ser analisado é fundamental, pois trata-se “da definição da unidade de análise e de possíveis subunidades de análise” (Sampaio, Lycarião, 2021, p. 51).

O segundo passo foi a criação de uma planilha no Excel com três abas, uma para cada editora, e em cada uma dessas abas foi registrado o tipo de conteúdo (imagem, mapa, tabela, gráfico, texto) e a página no qual está localizada a informação relativa a um dos três temas pré definidos. Foi feita uma breve contextualização sobre o quê e como aparecem nos livros os elementos referentes à sociedade chinesa. Esse procedimento permitiu agrupar os conteúdos analisados, possibilitando uma visão abrangente das duas obras, além disso, possibilitou as condições propícias para estabelecer relações, comparações e inferências acerca do material coletado.

O terceiro passo foi a criação de quatro categorias para classificar os conteúdos encontrados nas coleções analisadas, é importante ressaltar que cada tema foi inserido em uma única classificação, cumprindo a regra de exclusão mútua (Bardin, 2016, p. 149) em que cada conteúdo aparece apenas em uma das quatro categorias previamente, conforme pode ser verificado no quadro 1:

**Quadro 1** - Categorias criadas para a classificação dos conteúdos nas coleções analisadas

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>
<b>Satisfatório</b>	Quando o conteúdo foi capaz de informar, acrescentar, contextualizar e trazer a realidade chinesa na atual conjuntura atendendo aos requisitos mínimos da BNCC para a construção de um raciocínio geográfico.
<b>Insatisfatório</b>	Quando o conteúdo distorce ou não apresenta elementos importantes e/ou essenciais para a formação do estudante, quando as abordagens são superficiais e/ou estereotipadas.
<b>Indefinido</b>	Quando não foi possível fazer a classificação em um dos critérios anteriores ou por falta de elementos mais conclusivos e elucidativos.
<b>Ausente</b>	Quando não foram identificados trechos, textos, mapas, imagens ou tópicos em referência aos temas “urbanização, industrialização e meio ambiente”.

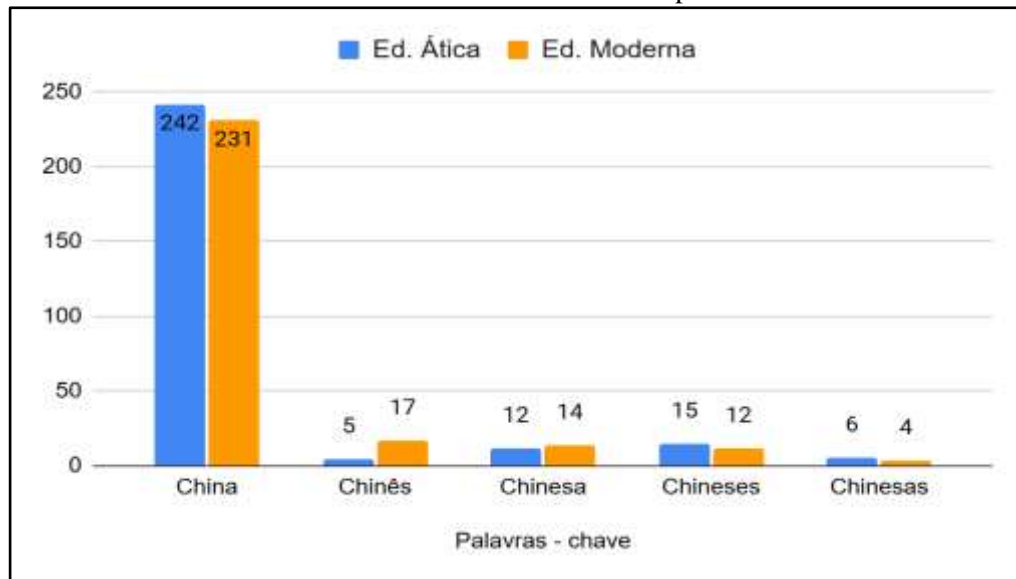
**Fonte:** Elaborado pelas autoras, 2026.

A definição dos critérios nos possibilitou qualificar os dados levantados de forma mais sistemática e compreender como a China está representada nos livros didáticos de Geografia analisados.

### **Resultados e Discussões**

A análise partiu inicialmente da curiosidade sobre o tema “China” nos livros didáticos de Geografia brasileiros e, como o conteúdo sobre a China é apresentado para os escolares, público alvo do PNL D, no caso, os alunos e professores da educação básica. Em primeiro lugar, pesquisamos as palavras-chaves dentro das coleções que foram: china, chinês, chinesa, chineses e chinesas. No que tange a palavra “China” a Editora Ática (EA) apresentou-a 242 vezes, enquanto a Editora Moderna (EM) 231 vezes. A palavra “chinês” aparece 17 vezes na coleção da EM, por outro lado, na EA apareceu apenas 5 vezes. As palavras chineses e chinesas aparecem respectivamente: 12 e 4 vezes (EM); 15 e 6 vezes (EA).

**Gráfico 1** - Resultado do levantamento das palavras-chave



**Fonte:** Elaborado pelas autoras com coleta de dados dos livros Moderna Plus (Geografia - Editora Moderna) e Do seu Jeito (Geografia- Editora Ática), 2026.

Em segunda análise, foram selecionados três conteúdos: industrialização, urbanização e meio ambiente, nos quais a China deveria ser citada, pelo seu destaque dentro dos mesmos. Foi possível perceber que, referências sobre a China aparecem de formas diferentes nas duas coleções de livro trouxeram diferentes perspectivas sobre a China no mesmo conteúdo.

Nesta perspectiva, no tema de Industrialização, a Coleção “Do seu jeito” da EA faz referência 10 vezes à China, trazendo mapas e tabelas nas quais a China se destaca como um país emergente, além de uma imagem da linha de produção de tratores agrícolas em Qingzhou em 2024, ressalta a desconcentração industrial e a disputa EUA *versus* China. Na coleção Moderna Plus, da Editora Moderna, a China é citada 6 vezes, por meio de mapas sobre desconcentração industrial e competitividade global, um texto sobre “China: A nova potência industrial” (Terra; Guimarães; Araújo, 2024) e outro texto em seguida que retrata as ZEE (Zonas Econômicas Especiais), na página 146 do livro. Na página 155, traz um texto sobre *machining learning* e inteligência artificial, na qual traz uma imagem de uma pesquisadora chinesa em Chongqing, China (2023). Na página 157, traz um texto sobre a produção industrial atual e o uso de plataformas digitais como *marketplace* e *e-commerce* e, imagem de funcionários de um centro de distribuição mantido por uma plataforma digital separam e colocam mercadorias em robôs que realizam o transporte interno de maneira automatizada, em Zhejiang, China (2023).

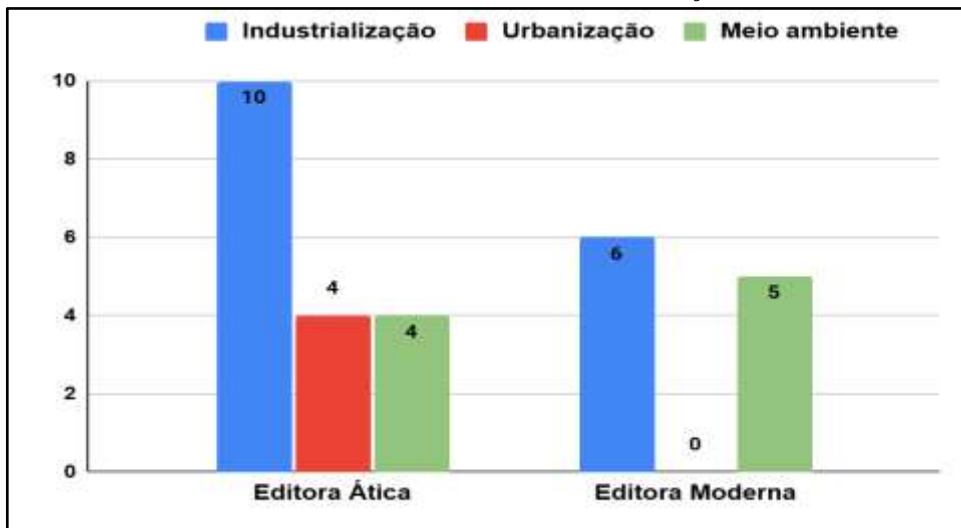
Em relação ao tema de Urbanização, a Coleção Moderna Plus não cita a China nenhuma vez, mas isso é justificável, pois na coleção o assunto de Urbanização não se trata de urbanização mundial, mas sim da urbanização brasileira. Enquanto na Coleção “Do seu jeito” da EA, a China é citada 4 vezes, o livro traz uma imagem de Shenzhen, em Guangdong em 1987 e em 2022, mostrando o crescimento da cidade e as previsões da ONU (Sene, 2024, p. 372-373). Além disso, traz textos e gráficos destacando a China como uma potência na urbanização em processos de ampliação infraestrutura para a população.

A respeito do tema de Meio Ambiente, a China é citada 4 vezes na Coleção “Do seu Jeito”, da EA, por meio de uma tabela de maiores produtores de minérios de ferro (2022) e petróleo (2023) no mundo, a China aparece em 3º e 6º lugar respectivamente (Sene, 2024, p. 95). Com relação a questão da Pegada Ecológica, mesmo com um grande contingente populacional, a China ainda polui menos que Europa e Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o livro traz um gráfico com os principais emissores de CO<sub>2</sub> (2010-2021) no mundo e fica evidente que países como a China, Índia e Rússia aumentaram as emissões enquanto países como o Japão, o bloco da União Europeia e os Estados Unidos da América reduziram.

A coleção Moderna Plus, no tema de Meio Ambiente, cita a China 5 vezes, há mapa sobre o fluxo do petróleo e, um infográfico intitulado “Quantas Terras seriam necessárias se todos vivessem como se vive nos seguintes países...” (Terra, Rodrigues e Araújo, 2024, p. 45), no qual a China aparece em um *ranking*, evidenciando que seu impacto não é tão intenso quanto aos demais países que ocupam as primeiras posições. Há também referência a partir de uma imagem da Usina Hidrelétrica das Três Gargantas, no Rio Yang-Tsé, em Yichang, Hubei, China (2023). No texto relacionado afirmam que em 2021, a China, o Canadá e o Brasil figuravam como os maiores produtores mundiais de energia elétrica (hidreletricidade). Ademais, há um mapa *mundi* dos dez maiores produtores de transgênicos (em 2019), a China aparece com área cultivada de 3,2 milhões de hectares; apontam como principais cultivos transgênicos: algodão e mamão, porém sem nenhuma especificação ou diferenciação entre os países citados.

Na mesma leitura da Editora Ática, o livro da coleção “Do seu jeito” de Geografia, traz um gráfico dos maiores emissores de dióxido de carbono no ano de 2022. O texto afirma que além dos países que se industrializaram nas primeiras etapas da Revolução Industrial, nações emergentes, como a China e a Índia, estão entre as grandes emissoras desse tipo de poluente, sem contextualização com o a densidade demográfica.

O gráfico 2, mostra quantas vezes a China foi citada nos conteúdos de industrialização, urbanização e meio ambiente nas duas coleções de livros analisadas.

**Gráfico 2** - Os conteúdos sobre a China nas coleções analisadas

**Fonte:** Elaborado pelas autoras com coleta de dados dos livros Moderna Plus (Geografia - Editora Moderna) e Do seu Jeito (Geografia- Editora Ática), 2026.

Diante dessa análise percebemos um padrão médio de citações referente à China e que mesmo com algumas divergências entre uma coleção e outra, o padrão se mantém entre 0 a 4 em urbanização, 4 a 5 citações em meio ambiente e 6 a 10 citações em industrialização. Portanto, percebemos que a China tem um maior destaque nos livros analisados no quesito industrialização, se comparado a meio ambiente e urbanização.

No entanto, citar que a China é o maior poluente de CO<sub>2</sub> sem contextualizar antes ou após esse dado, nos faz questionar e pensar que essa informação e tantas outras sobre a China são disseminadas nas escolas sem envolver uma criticidade ou até mesmo busca de informações mais aprofundadas.

Após a análise dos resultados encontrados foi feita a classificação dos temas de acordo com as categorias previamente criadas:

**Quadro 2** - Síntese dos resultados encontrados

Editora	Tema	Resultado
Moderna	Industrialização	Satisfatório
	Urbanização	Ausente
	Meio ambiente	Indefinido
Ática	Industrialização	Satisfatório
	Urbanização	Insatisfatório
	Meio ambiente	Indefinido

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, 2026.

Assim, notamos que as duas coleções “Moderna Plus” da editora Moderna e “Do seu jeito” da Editora Ática, trazem dentro de seus conteúdos e discussões, informações interessantes sobre a China, que podem ser discutidas em sala de aula, no entanto, algumas informações necessitam ser repassadas com mais cuidado e análise crítica, como é o exemplo da questão ambiental.

### **Considerações Finais**

No decorrer desse estudo, foi possível investigar como alguns conteúdos sobre a China aparecem em dois livros de duas coleções do componente de Geografia, aprovados pelo PNLD 2026 para o ensino médio. A pergunta norteadora objetivou responder se esse material, que pertence a uma política pública importante para a educação em nosso país, será capaz de apresentar aos estudantes o crescimento chinês e a sua posição no contexto global como importante centro de transição de poder no século XXI.

Foi feita uma análise sobre o ensino chinês, com bases marxistas, para a formação do sujeito e da coesão nacional, em contraponto com o ensino brasileiro que se estabeleceu em bases neoliberais orientadas pela BNCC.

Metodologicamente foi feita a opção por uma análise de conteúdo em três temas específicos: urbanização, industrialização e meio ambiente. Esses conteúdos selecionados estão contidos em imagens, mapas, tabelas, gráficos e textos que foram classificados em quatro categorias pré-definidas: satisfatório, insatisfatório, indefinido e ausente. Com relação às

contribuições da China sobre os temas analisados nas coleções e dos resultados obtidos destaca-se:

- O conteúdo sobre Industrialização, se mostrou satisfatório nas duas editoras, pois foi capaz de informar, acrescentar, contextualizar e trazer a realidade chinesa na atual conjuntura atendendo aos requisitos mínimos da BNCC para a construção de um raciocínio geográfico;
- O conteúdo de Urbanização foi classificado como insatisfatório na Editora Ática, porque não apresenta os elementos essenciais previstos na BNCC para a formação do estudante. Quando se referem a China não o fazem de forma assertiva, não há destaque à inovação tecnológica, planejamento, economia e a visibilidade que o país alcançou nas últimas décadas, afinal, a China não é apenas mais “um chão de fábrica”. Na Editora Moderna esse conteúdo é ausente;
- O conteúdo relativo a Meio Ambiente foi classificado como indefinido, ou seja, não apresentou elementos mais conclusivos ou elucidativos.

Portanto, constatamos que houve uma melhoria geral dos livros didáticos se comparados ao PNLD anterior, mas apesar disso, ainda existe uma visão superficial sobre a complexidade chinesa e, de modo geral, a dinâmica asiática do presente não repercute da forma que poderia nos livros didáticos. Deste modo, consideramos que essa situação pode comprometer o entendimento dos jovens brasileiros sobre a realidade global e, além disso, reforçar preconceitos uma vez que não apresenta a China em toda a sua potência e importância mundial.

Embora exista uma presença de dados atualizados nos livros e a tentativa de trazer a China para a reflexão, o que denota uma atualização dos materiais, ainda há muitos limites na forma de representação chinesa, portanto, de uma forma geral, as duas coleções analisadas sozinhas, pouco contribuem para uma leitura da realidade chinesa hoje, mas podem contribuir para a formação do raciocínio geográfico das juventudes, desde que sejam trabalhadas com artigos acadêmicos de referências sobre a China, apoio de jornais, revistas, redes sociais e pesquisa na prática escolar.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BBC News Brasil. China inclui Xi Jinping no currículo escolar e o equipara a Mao. **BBC News Brasil**, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58330276>. Acesso em: 8 de jan. 2026.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 de jan. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia do Livro Didático: PNLD 2026: Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC/FNDE, 2025. Disponível em: <https://pnld.nees.ufal.br>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 jan. 2026.

BRAGA, Giovanna Caroline. **China e a Educação Eurocentrada: uma análise de um livro didático de Geografia do 9º ano**. 2025. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, 2025.

CARIELLO, Tulio. **Investimentos Chineses no Brasil: Reindustrialização e Transição Energética 2024**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), 2025. 48 p. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. 2007. 252 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

COSTA, João Victor Guimarães. **Ensaio sobre o sistema de educação na China: a caminho de que estado de bem-estar social?** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/4633>. Acesso em: 10 jan. 2026.

CHINA. Fujian Provincial People's Government. **Outline of the 14th Five-Year Plan (2021-2025) for National Economic and Social Development and Vision 2035 of the People's Republic of China**. Fuzhou, 9 ago. 2021. Disponível em: [https://wb.fujian.gov.cn/English/usefulinformation/NewInitiatives/202108/t20210809\\_5666236.htm](https://wb.fujian.gov.cn/English/usefulinformation/NewInitiatives/202108/t20210809_5666236.htm) Acesso em: 12 jan. 2026.

DALLA VALLE, Paulo Roberto; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **EDUR Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 41, e 49377, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469849377>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ESPÍNDOLA, Carlos José; SAMPAIO, Fernando dos Santos; MEDEIROS, Marlon Clovis. Desenvolvimento agrícola e tecnologias 5.0 no âmbito da nova economia do projeto na China. **Princípios**, [S. l.], v. 43, n. 171, p. 31–53, 2025. DOI: 10.14295/principios.2675-6609.2025.171.003. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/574>. Acesso em: 12 jan. 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93–130, abr. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100005>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87313720005.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

GU, Chaolin; HU, Lingqian; COOK, Ian G. China's Urbanization in 1949–2015: Processes and Driving Forces. **Chinese Geographical Science**, v. 27, n. 6, p. 847–859, 2017. DOI: [10.1007/s11769-017-0911-9](https://doi.org/10.1007/s11769-017-0911-9). Acesso em: 10 jan. 2026.

MAMIGONIAN, Armen. A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. In: DEL ROIO, Marcos (Org.). **Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros**. São Paulo: Ícone, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NOGUEIRA, I. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2019. DOI: 10.21530/ci.v14n2.2019.931. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/931>. Acesso em: 10 jan. 2026.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA E DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL (OPEB). **50 anos das relações Brasil e China: política externa, mídia e ideologia**. Boletim OPEB, v. 5, n. 85, 26 set. 2024. Disponível em: <https://opeb.org/2024/09/26/50-anos-das-relacoes-brasil-e-china-politica-externa-midia-e-ideologia/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

PAN, Fenghua *et al.* How Chinese Financial Centers Integrate into Global Financial Center Networks: An Empirical Study Based on Overseas Expansion of Chinese Financial Service Firms. **Chinese Geographical Science**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 217–230, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11769-017-0913-7>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11769-017-0913-7>. Acesso em: 12 jan. 2026.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021. 155 p. (Coleção Metodologias de Pesquisa).

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. **Análise de conteúdo: A visão de Laurence Bardin**. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 383–387, 2012. DOI: 10.14244/%19827199291. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>. Acesso em: 7 jan. 2026.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 54, p. 81\_100, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>. Acesso em: 2 mar. 2026.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. In: **Projeto 20 anos do Histedbr**. Campinas, SP: [s.n.], v. 20, p. 21-27, 2005.

SENE, José Eustáquio de. **Do seu jeito: Geografia: área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: volume único: Ensino médio**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2024.

TERRA, Lygia; GUIMARÃES, Raul Borges; ARAUJO, Regina. **Moderna plus geografia: volume único**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2024.

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). PISA 2022 Results (Volume I): The State of Learning and Equity in Education. Paris: **OECD Publishing**, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1787/53f23881-en>. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-i\\_53f23881-en](https://read.oecd-ilibrary.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-i_53f23881-en). Acesso em: 10 jan. 2026.

OLIVEIRA, Ingrid Torquato; SILVA, Wesley da. Educação, intelectualidade e desenvolvimento na Nova China: breve apresentação histórica. **Zi Yue**, v. 2, n. 01, p. 104-118, 2022.

WEBER, Isabela. **Como a China escapou da terapia de choque**. São Paulo : Boitempo, 2023.

ZHOU, Lanfeng. O século de humilhação e a sua influência na construção da identidade nacional da China. **Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP**, N° 9, edição de maio, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://parc.ipp.pt/index.php/e-rei/article/view/4170/1988>. Acesso em: 10 jan. 2026.

## AUTORES

**Mayra Beatriz Arruda de Souza**

Mestranda em Geografia pela UFC (Bolsista CAPES). Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia pela Faculdade Focus (EAD), graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Ceará. Professora da Educação Básica em Fortaleza-CE. Pesquisadora em: Ensino de Geografia, Gênero e violência, Geografia Feminista e áreas afins.

**Orcid:** <https://orcid.org/0009-0005-6095-6359>

**E-mail:** [mbea.arrudas@alu.ufc.br](mailto:mbea.arrudas@alu.ufc.br)

**Simone de Sousa Viana**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC, na linha de pesquisa Natureza, Campo e Cidade no Semiárido. É especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido - IFRN e Licenciada em Geografia - UFC. Professora de Geografia com vínculo efetivo na rede estadual, integra a Equipe de Educação do Campo e Educação Contextualizada para o Semiárido, na Coordenadoria de Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo - COCIQ, vinculada a Secretaria da Educação do Ceará - Seduc; É membro do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural - CEDR-CE, órgão colegiado da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA e coordena a Ação Escola da Terra no Ceará, que acontece a partir de convênio estabelecido entre Ministério da Educação, Faculdade de Educação - UFC, Seduc e prefeituras municipais. Também participou do GT para a institucionalização das Escolas de Ensino Médio e Profissional do Campo e tem experiência nos seguintes temas: Ensino de Geografia, Assentamentos de Reforma Agrária, Educação do Campo, Educação Ambiental e Semiárido.

**Orcid:** <https://orcid.org/0009-0004-2191-2292>

**E-mail:** [simone.gt@alu.ufc.br](mailto:simone.gt@alu.ufc.br)

**Alexandra Maria de Oliveira**

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Ceará (1995), Mestrado pela Universidade Federal de Sergipe (1999) e Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2005). Professora Titular do Curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFC, onde coordena o Laboratório de Estudos Agrários, Territoriais e Educacionais (LEATE), atua como vice coordenadora dos cursos de Licenciatura e Bacharelado e como Agente de Acessibilidade do Centro de Ciências da UFC. Participa das Redes de Pesquisa: Projeto Nós Propomos! Geografia e Cidadania, dos grupos de pesquisa GESTAR: território, cultura e etnicidade e do Cooperativismo, Desarrollo rural y Emprendimientos Solidários en la Unión Europea y Latinoamérica (COODRESUEL) e da Rede do Observatório de Paisagens Patrimoniais e das Artes na América Latina (OPPALA).

**Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-1698-5436>

**E-mail:** [alexandra.oliveira@ufc.br](mailto:alexandra.oliveira@ufc.br)